

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

PROJETO PB RURAL SUSTENTÁVEL
SUMÁRIO EXECUTIVO

JULHO

2015



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento econômico e social é um dos objetivos principais da Gestão Pública e requer políticas capazes de melhorar o bem-estar social, garantindo a liberdade e respeito às capacidades individuais e ao conhecimento popular, integrando economia e ética. Nesse sentido o Projeto PB Rural Sustentável procurará ser um dos alicerces do Governo Estadual para promoção deste desenvolvimento no estado da Paraíba.

O Projeto PB Rural Sustentável tem como objetivo principal melhorar o acesso a água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba. Os subprojetos apoiarão a geração de renda, inserção em cadeias produtivas e, conseqüentemente, a elevação econômica desta população vulnerável do estado da Paraíba. O período de realização do projeto será de seis anos, iniciando em 2015, sendo que neste período serão investidos US\$ 80 milhões que serão destinados ao fortalecimento institucional, a redução da vulnerabilidade, as alianças produtivas e a gestão, monitoramento e avaliação.

Estes documentos, Marco de Gestão e Avaliação Socioambiental, atendem as políticas de salvaguardas do Banco Mundial, sendo acionadas as OP's/BP's de avaliação ambiental, habitats naturais, recursos culturais físicos, segurança de barragens, florestas e controle de pragas. Além disso, estes documentos também estão subordinados a toda legislação federal e estadual.

Os documentos que compõe a Avaliação de Impactos Socioambientais (AISA) estão subdivididos em: Arcabouço Legal e Institucional e descrição do projeto (Volume I), Avaliação de Impactos Socioambientais (Volume II), Marco Conceitual para Gestão Socioambiental (Volume III), Plano de Gestão Socioambiental (Volume IV) e Consulta Pública (Volume V). Os volumes estabelecem referenciais teóricos, revisão de aspectos legais, detalhamento de arranjos institucionais de gestão, identificam os aspectos potencialmente causadores de impactos ambientais e sociais adversos e definem procedimentos para identificar, gerir e potencializar os impactos socioambientais,



Banco Mundial



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

econômicos e culturais positivos e prevenir e mitigar os impactos negativos dos subprojetos financiados.



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Ricardo Vieira Coutinho

Governador

Ana Lígia Costa Feliciano

Vice-Governadora

PROJETO COOPERAR

Roberto da Costa Vital

Gestor do Projeto Cooperar



Banco Mundial



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Equipe Técnica Cooperar

Mônica Alexandra Tavares de Melo

Gerente Operacional

Rita Márcia de Moura Duarte Marinho

Coordenadora do Setor de Engenharia

Angela Carolina de Medeiros

Coordenadora de Salvaguardas Socioambientais

Equipe Técnica Consultoria (FUNETEC)

Pedro Rogério Rocha

Coordenador Geral

Anselmo Guedes de Castilho

Coordenador de Arcabouço Legal e Institucional

Maurício Sardá de Faria

Coordenador de Avaliação Social e Marco de Economia Solidária

Diego Rodrigo dos Santos Machado

Coordenador de Avaliação Ambiental

Diego Albert Brito de Melo

Coordenador Técnico

Cláudia Coutinho Nóbrega

Consultora Técnica – Saneamento Rural

Héric Cavalcanti Mascarenhas dos Santos

Consultor Técnico – Avaliação Social e Marco Indígena

Roberto Mendoza

Consultor Técnico – Avaliação Social e Marco Quilombola

José Francisco de Melo Neto

Consultor Técnico – Avaliação Social e Questionário de Avaliação Socioeconômica

Wellington Dantas Silva



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Consultor Técnico – Marco de Reassentamento Involuntário

Ysa Helena Diniz Morais de Luna

Consultora Técnica – Diagnóstico Sócio Ambiental

Samara Gonçalves Fernandes da Costa

Consultora Técnica – Avaliação Ambiental dos Subprojetos

Laís Helena Medeiros Moura

Consultora Técnica – Avaliação Ambiental dos Subprojetos



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

LISTA DE SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

AISA – Avaliação de Impacto Socioambiental

BP – Procedimento do banco Mundial

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

FIEP – Federação das Indústria da Paraíba

FUNETEC - Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OP – Políticas Operacionais

PB – Paraíba

PGSA – Plano de Gestão Social e Ambiental

RCC – Resíduo da Construção Civil

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente



Banco Mundial



GOVERNO
DA PARAÍBA

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Paraíba no contexto regional e nacional.	12
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas de Salvaguardas Aplicáveis ao PB Rural Sustentável.....	24
Quadro 2 - Principais impactos socioambientais dos subprojetos.	26
Quadro 3 - Resumo das ações previstas no plano de gestão ambiental com custos e responsáveis.....	35
Quadro 4 - Estrutura elaborada para detalhamento das ações previstas no manual ambiental e social de obras.....	36



Banco Mundial



GOVERNO
DA PARAÍBA

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	10
2.	Contexto Regional e Local das Intervenções	12
2.1.	Localização	12
2.2.	População.....	12
2.3.	Saneamento	13
2.4.	Abastecimento de água	14
2.5.	Esgotamento Sanitário	14
2.6.	Clima.....	14
2.7.	Vegetação.....	14
2.8.	Análise das Condições Ambientais do Estado.....	15
2.8.1.	Saneamento e Recursos Hídricos	15
2.8.2.	Vegetação.....	15
3.	Componentes do Projeto.....	17
4.	Arcabouço Legal e Institucional.....	19
5.	Marcos de Gestão Socioambiental	21
6.	Avaliação Socioambiental do Projeto	24
6.1.	Salvaguardas Acionadas	24
6.2.	Metodologia de Avaliação Socioambiental	25
6.3.	Avaliação de Impactos Socioambientais	26
7.	Plano de Gestão Socioambiental	35
7.1.	Coordenação de Salvaguardas Socioambientais.....	37
8.	Referências	Bibliográficas
	38



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

1. Introdução

O estado da Paraíba elaborou o Projeto PB Rural Sustentável cujo objetivo central é **melhorar o acesso a água, reduzir a vulnerabilidade agro-climática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba**. Sob este propósito, o projeto atuará em quatro frentes convergentes: (i) fortalecimento Institucional; (ii) redução da vulnerabilidade; (iii) alianças produtivas; e (iv) gestão, monitoramento e avaliação.

Este projeto insere-se num contexto territorial de acentuadas desigualdades sociais e econômicas, refletidas sobretudo nos indicadores de desenvolvimento humano de cada município, que se somam aos impactos ambientais das condições climáticas da região do semiárido brasileiro.

Esta visão integrada permite que o projeto possa propor ações que estão o cerne da pobreza, **atingindo fatores sociais e o baixo dinamismo territorial**. Essas ações promovem o desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento regional e territorial integrado, ampliando a oferta de serviços básicos e do acesso a oportunidades, como prevê todo arcabouço legal nacional e estadual.

A avaliação ambiental do projeto desenvolveu-se de acordo com as políticas de salvaguardas do Banco Mundial e legislação vigente em âmbito federal e estadual, bem como aplicando normas técnicas pertinentes ao projeto e teve como finalidade identificar os potenciais impactos ambientais, propondo medidas de controle, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras.

O presente sumário executivo sintetiza as informações contidas nos outros cinco volumes que integram o Arcabouço Legal e Institucional, Avaliação de Impactos Socioambientais, Plano de Gestão Socioambiental e Consulta Pública estarão disponíveis para consulta no site do Projeto Cooperar.

De modo geral, a avaliação ambiental das diversas tipologias de subprojetos que integram os componentes desta ação é positiva, enquadrando o Projeto PB Rural Sustentável na **categoria B**, com impactos específicos ao local dos subprojetos, de

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

caráter transitório, com poucos ou nenhum impacto irreversível e de céleres medidas mitigadoras.

Por fim, destaca-se a viabilidade do projeto visto que o mesmo consegue aliar prudência ecológica, desenvolvimento econômico e equidade social, estando baseado em princípios como a valorização dos serviços ambientais, garantia do manejo sustentável dos recursos naturais, preservação de áreas protegidas, melhoria de distribuição de renda, das condições de vida e da participação social, capacitação institucional e promoção de ações afirmativas para grupos em vulnerabilidade social, como comunidades indígenas e quilombolas.



PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

2. Contexto Regional e Local das Intervenções

2.1. Localização

O Estado da Paraíba está localizado no Nordeste brasileiro, entre os paralelos 6°5' S a 8°S de latitude sul e entre os meridianos 38°5' W a 35°00'00'' W de longitude oeste. Com uma área territorial de 56.469,466 km², corresponde a 3,12% da Região Nordeste e 0,66% do Brasil.

Encontra-se limitado ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte; ao sul, com o Estado do Pernambuco; a leste, com o Oceano Atlântico e a oeste, com o Estado do Ceará, como pode-se observar na Figura 1.

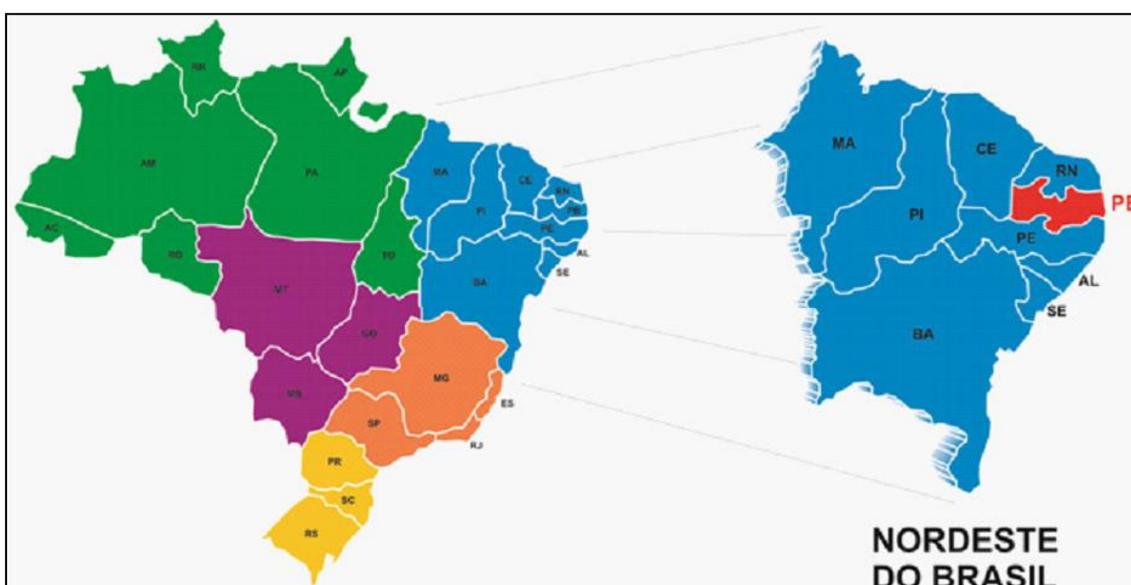


Figura 1 - A Paraíba no contexto regional e nacional.

Fonte: FIEP-PB (2010).

2.2. População

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014, a Paraíba obteve uma população estimada ano de 2014 de 3.943.885 habitantes em seu total, obtendo crescimento de 4,7% em relação ao ano de 2010 e apresentando um parcelamento onde, 2.838.991 habitantes, representando 75% população é considerada urbana, e 927.535 habitantes representam 25% população considerada rural.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

A densidade demográfica estadual é de 66,73 hab./km². As regiões menos povoadas são o platô central, o platô Sul-Occidental, etc. Já as mais habitadas são a região do litoral e a porção do Brejo. O censo de 2010 demonstrou ainda que a população urbana da Paraíba representa 75,4%, em oposição aos 24,6% da zona rural.

A população paraibana concentra-se principalmente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, sendo que estas duas cidades juntas perfazem 40% da população do Estado.

Segundo o Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH do estado é de 0,658, considerado baixo em relação a maioria dos demais estados brasileiros.

2.3. Saneamento

Observando dados do censo 2010 do IBGE, no estado da Paraíba contabilizou um total de domicílios particulares permanentes de 1.080.672 habitações, destas, apenas 45,6% é atendido por um sistema de saneamento adequado, enquanto que 16,8% dos domicílios apresenta o sistema inadequado, incluindo a ausência de algum serviço de saneamento. Observando o total de 829.761 habitações, apresentando em 58,7% com sistema de saneamento adequado.

Cabe ressaltar que a porção do total de domicílios rurais particulares permanentes que apresentam algum sistema de saneamento, apenas 2,2% apresentam esse sistema de modo adequado, e 70% dos domicílios apresentam um sistema inadequado.

No âmbito rural, as dificuldades da aplicação e instalação de serviços componentes do saneamento são mais complicadas, por conta da inviabilidade financeira, principalmente, uma vez que a densidade populacional e de domicílios rurais é pequena e os investimentos seriam custosos para atender uma pequena parcela da população.

2.4. Abastecimento de água

Na Paraíba, o número de municípios com rede de distribuição de água é de 212, no entanto a qualidade da água distribuída para estes municípios pode variar, entre água tratada, parcialmente tratada, ou sem tratamento.

2.5. Esgotamento Sanitário

Na Paraíba, dados do IBGE revelam que dos 223 municípios, apenas 163 possuem rede coletora, no entanto é difícil de identificar a abrangência desse atendimento, pois um município pode apresentar rede coletora em apenas uma pequena porção, sem contemplar sua totalidade. Isso camufla os dados e prejudica a identificação dos domicílios não atendidos e suas comunidades

2.6. Clima

O Estado da Paraíba, por sua localização dentro da faixa equatorial, é submetido à incidência de alta radiação solar com um grande número de horas de insolação. Tal condição determina um clima quente, temperatura média anual de 26°C, pouca variação intra anual e uma distribuição espacial da temperatura altamente dependente do relevo.

O clima nesta região varia de acordo com o relevo. Na Baixada Litorânea e na encosta leste da Borborema predomina o clima tropical úmido, dominando o planalto da Borborema, exceto a encosta Leste, está o clima semiárido quente. Uma terceira tipologia climática ocorre a oeste do Estado, no planalto do rio Piranhas.

2.7. Vegetação

A vegetação litorânea da Paraíba apresenta matas, manguezais e restingas. Formadas por floresta Atlântica, as matas registram a presença de árvores altas, sempre verdes, como a peroba e a sucupira. Localizados nos estuários, os manguezais apresentam árvores com raízes de suporte, adaptadas à sobrevivência neste tipo de ambiente natural.

A vegetação nativa do planalto da Borborema e do Sertão caracteriza-se pela presença da caatinga, devido ao clima quente e seco característico da região. A caatinga pode ser do tipo arbóreo ou arbustivo.

2.8. Análise das Condições Ambientais do Estado

A maior parte da população rural vive sobre situação de vulnerabilidade, e ainda mais as populações das regiões semiáridas tropicais, devido à degradação das terras e condições climáticas dessas regiões. E para serem capazes de se tornarem resilientes às mudanças, ou seja, serem capazes de enfrentar e se adaptar aos estresses ambientais, são imprescindíveis investimentos comunitários de pequena escala empregados com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade agroclimática incluindo, entre outros, o armazenamento de água para produção agrícola e pecuária, sistemas de abastecimento, poços, complexos sanitários individuais, melhoria do acesso rural, apoio à agricultura irrigada, a pecuária, a produção de diversos tipos alimentares e mini-indústrias.

2.8.1. Saneamento e Recursos Hídricos

Observa-se que na Paraíba, segundo dados da AESA, dos 123 açudes presentes no estado, 40 reservatórios estão em observação, contendo volume menor que 20% do seu volume total e 42 reservatórios em situação crítica, tendo armazenado um volume menor que 5% do seu volume total. Em tal condição crítica, se faz ainda mais necessária a adoção de metodologias adequadas de racionalização do consumo desse recurso e a adoção de fontes alternativas de água.

As instalações de serviços de infraestrutura proporcionam a melhoria da qualidade da saúde da população, facilitando o seu acesso à água potável, seja ela advinda de um sistema de abastecimento, ou da captação da água de chuva que é armazenada em cisternas, minimizando desse modo, casos de doenças de veiculação hídrica, causadoras da maioria dos sintomas que levam a população a procurar estruturas hospitalares. Com o investimento em saneamento, há a diminuição dos gastos, municipais e estaduais, com saúde pública.

2.8.2. Vegetação

A questão econômico-social da grande parcela da população nordestina, residente no semiárido de dominação da caatinga é, sem dúvida, a causa principal de degradação do ecossistema. O uso dos recursos da flora e da fauna pelas necessidades do homem nordestino é uma constante, já que ele não encontra formas alternativas para

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

o seu sustento. A lenha e o carvão vegetal, ainda muito utilizados, provocam o desmatamento de uma vegetação já frágil, além da caça de subsistência são os principais responsáveis pela extinção da maioria dos animais de médio e grande porte nativos do semiárido.

A vulnerabilidade nesse aspecto, está relacionada a vegetação e a fauna associada, que, devido a melhora da qualidade de vida e de produção, podem ser afetados, tanto de forma positiva, com a adequação as legislações de proteção ambiental e a presença de unidades de conservação, como negativamente com a expansão da agricultura e pecuária, as florestas tendem a ser suprimidas e a utilização do solo para monoculturas pode impactar o solo, promovendo um maior empobrecimento deste, salinização, assoreamento de corpos hídricos, entre outros.

Impactando o meio terrestre, conseqüentemente, impacta-se os corpos hídricos adjacentes, por conta do assoreamento, supressão da vegetação ciliar e entrada de particulados promovem a alteração na qualidade do recurso hídrico.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

3. Componentes do Projeto

As intervenções do Projeto PB Rural Sustentável serão executadas através de 4 componentes: Fortalecimento Institucional, Redução da Vulnerabilidade, Alianças Produtivas e, Gestão, Monitoramento e Avaliação.

O primeiro componente do Projeto PB Rural Sustentável, **Fortalecimento Institucional**, tem a finalidade de fortalecer as ações do Cooperar para:

- Realização de campanhas de comunicação e divulgação;
- Fortalecimento da capacidade institucional das associações comunitárias rurais, conselhos municipais e outras entidades associativas;
- Fortalecimento da capacidade institucional de organizações de produtores rurais;
- Fortalecimento da capacidade de prestadores de serviços técnicos, e;
- Desenho do Sistema de Gestão de Água e Saneamento Rural do Estado.

O componente de **Redução da Vulnerabilidade** possui como subcomponentes o acesso a água e saneamento e a redução da vulnerabilidade agroclimática, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- Implementação de investimentos comunitários de pequena escala de abastecimento d'água e saneamento, além de outros como melhoria de acesso rural e construção de passagens molhadas;
- Apoio as famílias rurais, através de investimentos compartilhados com as entidades associativas, para a implementação de subprojetos comunitários de redução de vulnerabilidade agroclimática incluindo, entre outros, o armazenamento de água para produção agrícola e pecuária, e;
- Fortalecimento da capacidade das instituições selecionadas para aumentar a resiliência da água rural e sistemas produtivos, através do estabelecimento de um sistema de informação de risco agroclimático.

O terceiro componente, **Alianças Produtivas**, visa apoiar organizações de produtores, através de investimentos compartilhados, para a implementação de Subprojetos em nichos de mercado pré-identificados e com potencial de atendimento a estas demandas existentes.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Por fim, o componente de **Gestão, Monitoramento e Avaliação** terá como objetivo apoiar o Projeto Cooperar a implementar de forma eficiente e eficaz a coordenação e a gestão dos subprojetos, o monitoramento de atividades e avaliação de impacto, a administração fiduciária, os controles internos e auditorias, a gestão dos procedimentos de salvaguardas socioambientais, os mecanismos de ouvidoria, além de estudos relacionados ao projeto.



4. Arcabouço Legal e Institucional

Este tópico foi elaborado para orientar os interessados em pleitear recursos junto ao Projeto PB Rural Sustentável no desenvolvimento de subprojetos, bem como identificar as normativas legais ou técnicas que incidiam sobre o projeto e acresciam conceitos relevantes as salvaguardas do Banco Mundial

A observância aos procedimentos representa a certeza jurídica do negócio, resguardando o direito à segurança e eficiência do empreendimento. Fazer cumprir a legislação quanto à adequação do subprojeto ajuda a formar indicadores, os correlacionando com a legislação vigente.

Nesse sentido, cita-se como principais instrumentos legais norteadores do Projeto PB Rural Sustentável as seguintes peças:

- **Lei Federal nº 6.938** – Institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- **Lei Federal nº 6.938** - Política Nacional do Meio Ambiente.
- **Resolução CONAMA nº 237/1997** – Trata da revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- **Norma Administrativa SUDEMA nº 112** - Estabelece critérios para o licenciamento ambiental.
- **Lei Federal nº 9.605** - Lei de Crimes Ambientais.
- **Lei Federal nº 9.985** - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
- **Lei Estadual nº 9.857** - Regulamenta acerca da utilização e proteção da vegetação do Bioma Caatinga.
- **Lei Federal nº 9.433** - Política Nacional de Recursos Hídricos.
- **Resolução CONAMA nº 357/2005** - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento
- **Lei Estadual nº 6.308** - Criação da Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba.
- **Lei Federal nº 12.305** – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

- **Lei Federal nº 11.445** – Política Nacional de Saneamento Básico.
- **Lei Estadual nº 9.260** - Institui princípios e estabelece diretrizes da política estadual de saneamento básico.



5. Marcos de Gestão Socioambiental

Para integrar o Projeto PB Rural Sustentável e as políticas de salvaguardas do Banco Mundial, foram elaborados marcos de gestão específicos para as salvaguardas acionadas, sendo manejo e controle de pragas, habitats naturais e florestas, patrimônio cultural físico, segurança de barragens, reassentamento involuntário, povos indígenas e quilombolas e um marco conceitual adicional de economia solidária.

O **Marco de Manejo e Controle de Pragas** busca atender estratégias de controle de pragas e parasitas por meio de métodos biológicos ou ambientais que diminuam a dependência de pesticidas dos tipos químicos sintéticos. Este Marco apresenta as diretrizes do PB Rural Sustentável quando do financiamento de subprojetos que necessitem utilizar alguma forma de controle de pragas e parasitas na agricultura ou em outra atividade (por exemplo, controle de vetores de doenças), orientando sobre as escolhas preferenciais de métodos a serem aplicados e a utilização adequada e responsável de insumos agrícolas, particularmente agrotóxicos, nos casos em que esse uso for justificável.

O **Marco de Habitats Naturais e Florestas** estabelece que a preservação dos habitats naturais associada a outras medidas protetoras é essencial para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário que ações de proteção, manutenção e reabilitação dos habitats naturais sejam pautadas sempre no diálogo com as autoridades políticas e população envolvidas. Estas diretrizes buscam que os investimentos do PB Rural Sustentável tenham uma abordagem preventiva em relação aos recursos naturais, garantindo o desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Dentro desses princípios, o PB Rural Sustentável irá promover e apoiar a conservação dos habitats naturais e o correto uso da terra através do financiamento de subprojetos destinados a integrar o desenvolvimento econômico e social à preservação ambiental e manutenção das funções ecológicas. Não apoiará, portanto, subprojetos que envolvem a degradação significativa de florestas e habitats críticos, e objetiva ajudar os beneficiários em atividades de restauração florestal, promovendo a recuperação e

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

plântio que contribuam para reestabelecer ou promover a funcionalidade dos ecossistemas.

O **Marco de Patrimônio Cultural Físico** será utilizado em eventuais intervenções ocasionadas pelas fases de planejamento, construção e operação das obras do Projeto PB Rural Sustentável, com o objetivo de proteger, preservar e conservar os valores dos recursos culturais físicos, locais, regionais ou nacionais, de valor para as atuais e futuras gerações, sendo amparada pela legislação pertinente.

Este marco estabelece que em caso de identificação de sítio de patrimônios culturais físicos, é necessário elaborar um plano de proteção do patrimônio cultural conforme os manuais do IPHAN e IPHAEP.

O **Marco de Segurança de Barragens** se aplica quando o subprojeto apresentar relação com alguma barragem existente e, caso ocorra, o proponente deverá seguir uma estrutura conceitual de procedimentos a serem adotados durante a fase de implementação do subprojeto e especificados nesse marco.

O **Marco de Reassentamento Involuntário** tem a função de esclarecer aos agentes públicos e privados envolvidos, que parâmetros devem ser observados e os procedimentos a serem seguidos nas ações reassentamento das populações que venham a sentir os efeitos da realização das obras envolvidas neste escopo, tais como construção de barragens alterações viárias em acessos rurais, ações para manejo ambiental e outras que cuja execução torne imprescindível o deslocamento de pessoas.

O **Marco Conceitual de Economia Solidária** apresenta um panorama da área no estado da Paraíba e traça diretrizes que fomentam o enquadramento dos subprojetos nessa modalidade de negócio social.

Por fim, o **Marco de Povos Indígenas e Quilombolas** traça ações que tem como objetivo garantir e promover a identificação dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas na área do PB Rural Sustentável, ou ligados a ela de forma coletiva, auxiliar no desenvolvimento de subprojetos e priorizar a demanda oriunda dessas comunidades.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Para isso o Marco detalha sete procedimentos de atuação do PB Rural Sustentável para atendimento dos Povos Indígenas e Quilombolas, divididos em:

1. Realização de Consulta Livre Prévia para Identificação de Demandas e Oportunidades;
2. Capacitação das Comunidades Indígenas e Quilombolas para Desenvolvimento dos Subprojetos;
3. Criação e Divulgação de um Canal de Comunicação e de um Plano de Gestão de Comunicações;
4. Desenvolvimento dos Projetos Cívicos, Ambientais e Planos de Negócio com Assistência Técnica e Participação Popular;
5. Validação dos Projetos Cívicos, Ambientais e Planos de Negócio por meio de Consulta Livre;
6. Priorização dos Subprojetos Oriundos de Comunidades Indígenas e Quilombolas e Avaliação Socioambiental;
7. Acompanhamento Técnico da Execução dos Projetos; e,
8. Avaliação e Monitoramento dos Subprojetos Implantados e Consultas Continuadas.



Banco Mundial



GOVERNO
DA PARAÍBA

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

6. Avaliação Socioambiental do Projeto

Os subprojetos do Projeto PB Rural Sustentável apresentam-se como fonte suporte para a melhoria das condições de salubridade e melhoria da qualidade de vida da população rural. Estes, por sua vez, trazem impactos ao meio ambiente, podendo ser tanto benéficos, quanto prejudiciais, dependendo da sua viabilidade de implantação e operação, por tanto os subprojetos foram agrupados e avaliados nas dimensões ambientais e sociais, prevendo seus impactos e adotando estratégias de ação.

6.1. Salvaguardas Acionadas

Por suas características, o PB Rural Sustentável acionou as seguintes salvaguardas do Banco Mundial que, de forma complementar à legislação nacional e estadual, norteou o desenvolvimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental e social descritas na avaliação ambiental e marcos de gestão socioambiental (Quadro 1).

Quadro 1 - Políticas de Salvaguardas aplicáveis ao PB Rural Sustentável.

Políticas de Salvaguardas	SIM	NÃO
Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01)	X	
Habitats Naturais (OP/BP 4.04)	X	
Florestas (OP/BP 4.36)	X	
Controle de Pragas e Parasitas (OP 4.09)	X	
Povos Indígenas (OP/BP 4.10)	X	
Recursos Culturais Físicos (OP/BP 4.11)	X	
Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12)	X	
Segurança de Barragens (OP/BP 4.37)	X	
Projetos em Vias Navegáveis Internacionais (OP/BP 7.50)		X
Projetos em Áreas Disputadas (OP/BP 7.60)		X

As políticas de Salvaguarda de Avaliação Ambiental, Habitats Naturais e Florestas são aplicadas às atividades a serem financiadas pelo PB Rural sustentável, já

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

que essas atividades afetam direta ou indiretamente o ambiente. Os impactos negativos esperados devem ser de baixa magnitude, localizados e, em sua maioria, reversíveis.

A Política de Salvaguarda de controle de pragas e parasitas é aplicada principalmente aos subprojetos que envolvem atividades agrícolas e o uso ou construção de barragens e similares, entre outros que exijam o controle de pragas e parasitas.

A política de salvaguarda de Recursos Culturais Físicos aplica-se em casos onde as atividades financiadas estejam localizadas em locais considerados patrimônio histórico ou cultural ou em suas proximidades, ou tais patrimônios forem encontrados como resultado da implementação das atividades do projeto.

A política de Segurança de Barragens aplica-se para a construção ou utilização de qualquer tipo de barragem, exigindo o acompanhamento e inspeção por um engenheiro capacitado no caso de barragens de menos de 10 metros de altura, ou de um painel de especialistas independentes em segurança de barragens para barragens de mais de 10 metros de altura.

6.2. Metodologia de Avaliação Socioambiental

A avaliação socioambiental contemplou a elaboração de fichas de campo para cada um dos grupos, com o intuito de verificar a viabilidade socioambiental da implantação dos subprojetos. Para cada grupo foram elaboradas cinco fichas distintas.

Primeiro a Ficha de Avaliação Prévia, documento a ser preenchido pelo técnico do Cooperar durante visita prévia ao local onde ocorrerá a implantação dos subprojetos.

Simultaneamente a ficha anterior, deve-se aplicar a Ficha de Avaliação Social, documento que contém questões sobre a avaliação social da comunidade, formas de produção, tipos de trabalho, renda, acesso à meio de comunicação, raça predominante, faixa etária além de muitas outras informações pertinentes para caracterização social das comunidades.

Com estas fichas preenchidas será atestada a viabilidade do subprojeto e seu atendimento as premissas do Projeto PB Rural Sustentável, declarando que o subprojeto está apto a receber o financiamento.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Além destas fichas, foram desenvolvidas as Fichas de Avaliação Ambiental de Instalação, documento a ser preenchido antes do início da etapa de construção e implantação do subprojeto, contendo questões sobre o processo construtivo, licenciamento ambiental, previsão da geração de resíduos, e outros impactos a serem gerados nesta etapa.

As Fichas de Avaliação Ambiental de Operação a ser preenchida após a implantação do subprojeto contendo questões sobre o estado atual do licenciamento ambiental, processo produtivo desenvolvido pelo subprojeto ou estado de conservação das estruturas construídas, informações sobre as capacitações fornecidas aos beneficiados, dados sobre a geração e manejo dos resíduos sólidos e efluentes líquidos gerados no processo produtivo, além de dados sobre a geração e controle de gases e materiais particulados gerados pela operação do subprojeto.

E por fim a Ficha de Monitoramento Social contendo questionamentos para monitoramento do ganho social trazido pelo PB Rural Sustentável, a ser aplicada junto com a ficha de avaliação ambiental de Operação.

6.3. Avaliação de Impactos Socioambientais

Foi realizada uma avaliação socioambiental para cada um dos grupos de subprojetos criados e buscou-se identificar os impactos potenciais nas fases de implantação e operação além de propor medidas para preveni-los, mitiga-los ou compensá-los. O Quadro 2 apresenta os principais impactos socioambientais identificados em cada um dos grupos de subprojetos.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Quadro 2: Principais impactos socioambientais dos subprojetos.

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
Abastecimento de Água em Comunidades	Alteração do nível do lençol freático	Implantação	Analisar a possibilidade de utilizar barragens subterrâneas para reduzir o impacto sobre o fluxo natural das águas.
	Remoção de vegetação.	Implantação	Selecionar um local tecnicamente adequado que não necessite de remoção de vegetação; Implantar programas de proteção ambiental dos mananciais, mediante a recuperação e manutenção das matas ciliares, conservação dos solos e do planejamento territorial.
	Escassez de água por exploração excessiva de mananciais e vazamentos nas tubulações	Operação	Definir fontes de captação alternativas para diminuir o impacto sobre os mananciais explorados; Planejar a combinação de diferentes formas de disponibilizar água para consumo, com estruturas de captação e reservação de água da chuva em complementação a rede de abastecimento de água; Implantar programas de prevenção de desperdício de água e reutilização.
	Poluição e contaminação das águas subterrâneas	Operação	Implantar sistema de disposição adequada do lodo da ETA; Construção de tanques de rejeito.
	Poluição e contaminação das águas superficiais	Operação	Implantar sistema de disposição adequada do lodo da ETA; Construção de tanques de rejeito.
Captação de Águas Pluviais	Poluição e contaminação do solo	Implantação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização.
	Aumento na qualidade de vida	Operação	Monitoramento do número de beneficiados e capacidade produtiva dos projetos analisando na ficha de operação, por exemplo, quanto tempo o reservatório ficou vazio.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
	Incidência de doenças de veiculação hídrica	Operação	Manejo correto das cisternas como lavagem, checar estrutura e limpeza do entrono.
Reservatórios Superficiais	Afugentamento da fauna silvestre	Implantação	Diminuir níveis de ruídos e movimentação de veículos pesados.
	Supressão vegetal	Implantação	Limitar a supressão da vegetação ao mínimo necessário; Plantio compensatório de espécies; Implantar programas de proteção ambiental dos mananciais, mediante a recuperação e manutenção das matas ciliares, conservação dos solos e do planejamento territorial.
	Alterações das características de escoamento podendo causar interrupção do fluxo	Operação	Adequação do projeto técnico, prevendo descarga de fundo para reduzir o assoreamento do reservatório. Escolha adequada da posição do reservatório e das estruturas.
	Rebaixamento do lençol freático	Operação	Analisar a possibilidade de utilizar barragens subterrâneas para reduzir o impacto sobre o fluxo natural das águas.
	Geração de ocupação e Renda	Operação	Contabilizar empregos gerados direta e indiretamente.
Barragens	Alterações das características de escoamento podendo causar interrupção do fluxo	Implantação	Implantação de piezômetros para o controle do nível de água.
	Salinização dos mananciais superficiais	Operação	Uso de tubo de descarga para facilitar a lavagem do perfil do solo.
	Poluição e contaminação das águas subterrâneas	Operação	Programa de educação ambiental para a comunidade a fim de evitar contaminação pós construção; Fiscalização por profissionais qualificados durante a operação.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
Produção de Gêneros Alimentícios	Compactação do solo	Implantação	Obras de drenagem; Limitação da circulação de veículos.
	Poluição do ar devido à emissão de gases do efeito estufa ou material particulado	Implantação	Evitar a emissão de material particulado utilizando a irrigação nas áreas de solo exposto nas frentes de trabalho; Uso de EPI's e filtros de gases.
	Capacitação e especialização da mão-de-obra	Operação	Aplicação dos programas de capacitação descritos no plano de gestão.
	Poluição e contaminação das águas superficiais	Operação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização; Implantação de sistema de tratamento de efluentes (fossa, filtro e sumidouro).
Equipamentos de Produção Alimentar	Modificação da paisagem	Implantação	Implantar projeto paisagístico no entorno.
	Poluição e contaminação do Solo	Operação	Compostagem dos Resíduos.
Agroindústria – Leite e Derivados	Afugentamento da fauna silvestre	Implantação	Diminuir níveis de ruídos e movimentação de veículos.
	Compactação do solo	Implantação	Obras de drenagem; Limitação da circulação de veículos.
	Poluição e contaminação das águas superficiais	Operação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização; Implantação de sistema de tratamento de efluentes (fossa, filtro e sumidouro).

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
	Poluição e contaminação do solo	Operação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização; Implantação de sistema de tratamento de efluentes (fossa, filtro e sumidouro).
Produtos Têxteis	Poluição e contaminação do solo	Implantação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização, como determina o manual ambiental e social de obras.
	Acidentes de trabalho por falta de capacitação	Operação	Utilização de EPI's e cursos de capacitação técnica. Instalações de segurança para controlar ou evitar acidentes
	Poluição e contaminação das águas superficiais	Operação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização; Tratamento específico para os efluentes de modo a atender o padrão de lançamento para o corpo hídrico receptor.
Agricultura	Desencadeamento de processos erosivos	Implantação	Aplicação de técnicas de contenção do processo erosivo; programa de controle de processos erosivos
	Fragmentação de habitats	Implantação	Criação de corredores ecológicos; realizar a realocação de espécies, recuperar e manter reservas legais e APPs.
	Perda de matéria orgânicas e nutrientes	Operação	Uso de técnicas de manejo ecológico; zoneamento agrícola do solo; uso de adubação natural; rotação e diversificação de culturas
	Poluição e contaminação das águas subterrâneas	Operação	Eliminação ou redução do uso de agrotóxicos, conforme marco de gestão; Disposição correta dos resíduos sólidos, reciclagem e reutilização e tratamento dos efluentes gerados
	Formação de solo exposto	Implantação	Planejar as áreas de cultivo de forma adequada ao relevo e solo, de forma a evitar processos erosivos e perda da camada fértil do solo.-

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
Pecuária	Redução da biodiversidade	Implantação	Inibir e fiscalizar práticas de desmatamentos e de queimadas.
	Acentuação de processos de eutrofização	Operação	Disposição e tratamento adequados dos resíduos orgânicos.
	Regressão de processos de regeneração natural da vegetação	Operação	Manter os animais em pastos cercados; Realizar a rotação de pastos.
Artesanato e Comercialização	Acúmulo de resíduos sólidos, especialmente nos canteiros de obra	Implantação	Prover acampamentos de coleta e disposição de resíduos sólidos, conforme manual da obra.
	Extração insustentável de produtos naturais para artesanato	Operação	Plano de manejo, prestação de assistência técnica e licenciamento ambiental das atividades extrativistas.
	Modificação da paisagem	Operação	Procurar o desenho arquitetônico mais adequado integrando a obra com a paisagem; Promover a revitalização das áreas, utilizando preferencialmente espécies nativas da região.
Aquicultura	Supressão vegetal	Implantação	Construção de viveiros em áreas previamente degradadas, evitando APPs e áreas ecologicamente sensíveis.
	Incidência de doenças de veiculação hídrica	Operação	Higienização do local de criação, controle no uso de medicamentos e rações.
	Acentuação dos processos de eutrofização	Operação	Controle rigoroso no programa de adubação dos viveiros para evitar excesso de fertilizantes; Uso de ração balanceada, fornecida de forma controlada para evitar sobras

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
Obras de Melhoria Rural	Formação de processos erosivos	Implantação	Prever nos projetos de engenharia a drenagem adequada e contenção de cortes e taludes em todas as obras, bem como o enrocamento ou outros métodos de prevenção de erosão a jusante e montante das passagens molhadas.
	Alteração do escoamento do corpo hídrico devido ao barramento	Operação	Desenhar o projeto de engenharia de forma a minimizar impactos sobre o fluxo do rio, com uso de manilhas de diâmetro adequado e enrocamento ou outros métodos adequados para evitar erosão do leito e das margens a jusante e montante da passagem.
Dessalinizadores	Supressão vegetal	Implantação	Construção de instalações em áreas previamente degradadas. Caso inevitável, limitar o desmatamento ao mínimo necessário e autorizado.
	Salinização do solo	Operação	Utilizar as águas residuais do processo de dessalinização em sistemas de criação de peixes e cultivo de erva triplex, conforme recomendação da Embrapa-Semiárido
Manejo de Resíduos Sólidos	Poluição e contaminação das águas superficiais	Implantação	Verificar in loco o local de armazenamento dos RCC e a proximidades com cursos de água superficial; Observar a declividade do terreno e possibilidade de assoreamento do corpo hídrico.
	Poluição e contaminação das águas subterrâneas	Implantação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização.
	Acidentes de trabalho por falta de capacitação	Operação	Fiscalização sobre o uso de EPI's e cursos de capacitação, conforme plano de gestão.
Unidade de Produção	Supressão de vegetação	Implantação	Utilização de áreas sem vegetação e plantio de espécies locais.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
de Farinha	Poluição do Ar devido à emissão de gases do efeito estufa ou material particulado	Operação	Direcionamento da fumaça para evitar danos à saúde dos trabalhadores na casa de farinha. Diminuição na emissão de gases poluentes e uso de equipamentos de controle/ Sistema de Lavador de Gases.
	Supressão vegetal	Operação	Adotar o manejo florestal para produção contínua de lenha ou adquirir lenha de áreas manejadas regulamentadas; Promover atividades de reflorestamento.
Unidade de Produção de Polpa de Fruta	Poluição e contaminação das águas superficiais	Operação	Construção de um sistema de esgotamento e tratamento dos efluentes; Disposição correta dos resíduos sólidos
	Poluição e contaminação do Solo	Operação	Disposição correta dos resíduos sólidos.
Apoio à Apicultura e Meliponicultura	Extinção de espécies	Implantação	Respeitar o distanciamento mínimo entre apiários e colmeias de abelhas nativas; Estimular a criação de espécies nativas da região.
	Aumento da Polinização e variabilidade genética	Operação	Monitoramento do adensamento de espécies da flora local e da variação da produtividade da agricultura.
	Poluição e contaminação das águas superficiais e subterrâneas	Operação	Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados, reciclagem e reutilização e construção de fossas sépticas com sumidouro ou poços tubulares.
Alimentação Animal	Supressão Vegetal, fragmentação de habitats, afugentamento da fauna	Implantação	Escolher uma área já utilizada para agricultura antes e preservar corretores de vegetação.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Grupo de Subprojetos	Principais Impactos Socioambientais	Fase de Manifestação	Medidas de Gestão
	Perdas de matéria orgânica e nutrientes do solo	Implantação	Evitar o desmatamento total da área e garantir a preparação correta do solo.
	Poluição e contaminação do solo	Operação	Utilização de métodos agroecológicos, utilização reduzida e adequada de produtos químicos; Disposição adequada dos resíduos sólidos e efluentes gerados, buscando também diminuir desperdícios.
	Desencadeamento de processos erosivos	Operação	Fornecer Assistência Técnica e Extensão Rural; Evitar o desmatamento de encostas e áreas com relativa declividade
Sanitários e Reuso	Danos à saúde pública	Operação	Manutenção adequada do sistema.
	Contaminação nas fossas secas, fossas secas estanque, fossas secas de fermentação.	Operação	Programa de Educação Ambiental para a comunidade a fim de evitar contaminação pós construção.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

7. Plano de Gestão Socioambiental

O **Plano de Gestão Social e Ambiental - PGSA** do Projeto PB Rural Sustentável contempla um conjunto de ações e intervenções que deverão garantir a melhoria do desempenho ambiental das intervenções propostas e prevenir, minimizar ou compensar os impactos ambientais e sociais gerados pela implantação e operação do projeto.

Este plano está organizado em **políticas e programas de caráter ambiental, cultural e social**, cuja síntese está apresentada no Quadro 3 em conjunto com a responsabilidade institucional pela sua execução e com a síntese das ações que compõe esses programas

Quadro 3 - Resumo das ações previstas no plano de gestão ambiental com custos e responsáveis.

Programas	Órgão Responsável	Principais Ações
Programa de Interação e Comunicação Social	Cooperar	Consiste em ações de comunicação do projeto junto a veículos de comunicação de massa, como campanhas educativas e, ainda, ações de comunicação junto a comunidades ou entidades envolvidas no subprojeto, como comunicação de obras ou cartilhas de educação ambiental.
Programa de Inclusão Social de Catadores	Cooperar	Será fomentada a inserção de catadores de materiais recicláveis através da adoção de critérios que incorporem esse grupo durante a elaboração dos planos negócio por consultores externos.
Programa de Educação Sanitária e Ambiental	Cooperar	O programa financiará cursos de formação profissional para técnicos do projetos e cursos de sensibilização e qualificação para entidades associativas.
Programa de Gerenciamento de Resíduos para Alianças Produtivas	Entidade Associativa e Cooperar	O programa tem como objetivo custear a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos para cada aliança produtiva que será estabelecida.
Programa de Monitoramento e Avaliação Ambiental	Cooperar	Consiste em alocação de recursos para realização de análises ambientais, como testes de vazão, testes de qualidade da água, perfil do solo, entre outros.
Programa de Práticas Agrícolas Sustentáveis	Cooperar	Programa que financiará cursos específicos para técnicas de agroecologia, objetivando a não utilização de produtos químicos.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

Programas	Órgão Responsável	Principais Ações
Programa de Segurança Alimentar	Cooperar	Programa que financiará cursos específicos para técnicas de segurança alimentar, promovendo a adequação as normativas do MAPA e outros órgãos específicos.
Programa de Elaboração do CAR	Cooperar	Consiste em alocar verbas para garantir a adequação dos subprojetos a legislação vigente sobre cadastro ambiental rural, onde será financiada a contratação de equipes técnicas para realização do cadastro nos subprojetos financiados.
Licenciamento Ambiental e Hídrico	Entidade Associativa e Cooperar	Atividades necessárias para licenciamento ambiental, sobretudo taxas administrativas.

O modelo de gestão criado contempla as exigências estabelecidas nas políticas de salvaguardas do Banco Mundial, bem como, está integrado com a avaliação ambiental dos componentes e subprojetos e com a legislação federal e estadual.

Além dos programas, foi desenvolvido ainda um **Manual Ambiental e Social de Obras** para orientar todos os envolvidos no processo construtivo.

O manual ambiental e social de obras deve ser utilizado como diretriz oficial para a realização das mesmas em áreas rurais, sendo que todas as empresas construtoras devem utilizar o manual, juntamente com o edital de obras, como referência na sua execução. Toda e qualquer obra realizada em meio rural, deverá ser programada junto à comunidade, a fim de esclarecer os procedimentos e traçar as estratégias tomadas para a execução da obra. Deverão ser evitadas as travessias em áreas agrícolas em períodos de colheita, época de transtorno para os proprietários e de grande fluxo de maquinário, aumentando o risco de acidentes entre os trabalhadores.

O manual detalha ações referente ao gerenciamento e implantação das obras, bem como ações de controle dos processos construtivos e está estruturado conforme quadro abaixo (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura elaborada para detalhamento das ações previstas no manual ambiental e social de obras.

Ações referentes ao Gerenciamento e implantação das obras	Implantação do Canteiro de Obras;
	Planos de Gerenciamento de Riscos e de Ações Emergenciais na Construção;

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

	Educação Ambiental dos Trabalhadores e Código de Conduta da Obra;
	Segurança e Saúde nas Obras;
	Gerenciamento e Disposição dos Resíduos Sólidos;
	Estradas de Serviço;
Ações referentes às atividades construtivas	Travessia de Cursos D'água;
	Abertura de Faixa de Obras;
	Implantação de Galpões em Áreas Rurais;
	Exploração de Jazidas Regulamentadas
	Limpeza, Recuperação e Revegetação da Faixa de Obras;
	Bota-Fora;

7.1. Coordenação de Salvaguardas Socioambientais

Para gestão das pautas ambientais e sociais o Projeto PB Rural Sustentável prevê em sua estrutura uma Coordenação específica, chamada de Coordenação de Salvaguardas Socioambientais. Este setor de administração do projeto será o canal de comunicação entre as entidades associativas e instituições de controle, fiscalização e licenciamento ambiental e social, bem como articulará as demandas das associações nesta área com as demais esferas de coordenação do PB Rural Sustentável.

Para tanto, esta coordenação possui as seguintes atribuições:

- Articular-se permanentemente com a gerência operacional, coordenação de componentes e gerências regionais para revisão dos subprojetos, adoção de conceitos de preservação ambiental, avaliação contínua dos subprojetos, proposta de ações corretivas e cumprimento dos procedimentos ambientais;
- Articular-se com a SUDEMA, AESA, IPHAN e IPHAEP, quando couber, para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, licença de obra hídrica, outorga do direito de uso da água e preservação do patrimônio histórico e cultural;
- Garantir que as ações previstas no Plano de Gestão Ambiental, bem como, as ações de fortalecimento institucional na área ambiental sejam cumpridas;

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

- Garantir que as ações de comunicação social possuam articulação com a implantação e operação dos subprojetos;
- Acompanhar, quando necessário, a execução das obras civis munida do Manual Ambiental de Obras;
- Decidir sobre procedimentos e ações que possam evitar, minimizar, controlar ou mitigar os impactos ambientais;
- Apresentar à gerência operacional e ao secretário executivo a avaliação de viabilidade de cada subprojeto a partir da análise das fichas de avaliação prévia preenchidas pelas Gerências Regionais;
- Aprovar, em conjunto com a secretaria executiva e gerência operacional, as medidas corretivas e prazos a serem executados pelas entidades associativas e empresas executoras que descumprirem qualquer procedimento ou norma contida no Marco Socioambiental ou Manual Ambiental de Obras e, em último caso, as penalidades;
- Receber e avaliar os questionamentos efetuados pela sociedade civil ou organizações não-governamentais e outras partes interessadas sobre os programas ambientais para o empreendimento.
- Preparar e apresentar relatórios semestrais de supervisão ambiental para a equipe de salvaguardas socioambientais do Banco Mundial;
- Garantir a realização da avaliação ambiental nas etapas prévia, implantação e operação, armazenando todos os registros necessário, e;
- Revisar e atualizar os marcos socioambientais do PB Rural Sustentável sempre que necessário, conforme a evolução do projeto e as lições aprendidas na execução.

PROJETO PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL

Sumário Executivo

8. Referências Bibliográficas

FIEP, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Fluxos de comércio da Paraíba 2010. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas (SEBRAE). Campina Grande: FIEP/PB, 2010.

